

Violência, espaço e identidade: ensaio teórico acerca das lutas armadas no Brasil durante a ditadura militar*

Violence, space and identity: theoretical essay about the armed struggles in Brazil during the military dictatorship

Nicodemo Valim de Sena^{*1}

João Carlos Furlani^{*2}

Resumo: Percebemos, atualmente, tentativas de reconstrução das memórias sobre a ditadura militar no Brasil. Falar sobre a ditadura se tornou um ponto de encontro e de choque entre posições. Contudo, fala-se de comunismo, regime autoritário, direita e esquerda como algo simples, inserido numa cadeia de causalidade bem definida, sem muito espaço para se pensar novas abordagens, salvo os revisionismos engajados politicamente. Ao refletirmos sobre esse ponto, nos questionamos se seria possível entender esse período obscuro de alguma outra forma. Seria possível pensar os acontecimentos durante o regime sob o prisma de uma sociologia das relações de poder, como um conflito que envolvesse estabelecidos e *outsiders*? Será que a espacialidade das cidades dizia alguma coisa sobre as estratégias dos grupos revolucionários ou da atuação dos órgãos oficiais? A violência teria um papel na emergência do conflito? Valendo-nos de conceitos específicos para cada uma dessas questões e pensando o uso de estratégias e a ocupação do espaço, pretendemos, neste ensaio, refletir sobre o uso da conceptualização para a análise de algumas fontes oriundas de grupos guerrilheiros, com o intuito de modestamente contribuir com esse campo de pesquisa.

Palavras-chave: Brasil; Ditadura militar; Lutas armadas; Violência; Espaço.

Abstract: Currently, we can note attempts to rebuild and solidify the memories of the military dictatorship in Brazil. Talking about dictatorship has become a meeting point and clash between political positions. However, people talk about communism, authoritarian regime, right and left as something simple, inserted in a well-defined chain of causality, without much space to think new approaches, except for the constant revisionisms politically engaged. As we reflect on this point, we wonder whether it would be possible to understand this obscure period of Brazilian history in any other way. Is it possible to think about events during the regime under the prism of a sociology of power relations, such as a conflict involving established and outsiders? Did the spatiality of the cities say anything about the strategies of the revolutionary groups or the performance of official bodies? Would violence play a role in the emergence of conflict? Using specific concepts for each of these issues and thinking about the use of strategies and the occupation of space, we intend, in this essay, to reflect on the use of conceptualization for the analysis of some sources from guerrilla groups in order to modestly contribute to this field of research.

Keywords: Brazil; Military dictatorship; Armed fighting; Violence; Space.

Recebido em: 22/8/2018

Aprovado em: 30/10/2018

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001 e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

^{*1} Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em História pelo PPGHIS/Ufes. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista Fapes. E-mail: nicodemovs@hotmail.com.

^{*2} Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre em História pelo PPGHIS/Ufes. Licenciado e bacharel em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista Capes. E-mail: joao.furlani@gmail.com.

Introdução

Passados mais de 50 anos da deflagração do golpe de 1964, muitas “heranças” desse período ainda estão presentes na sociedade brasileira. A ditadura persiste em “atormentar” a memória de uma sociedade que não consegue suportar o fato de ter contribuído para a ascensão do regime militar em nosso país. Imersa em conflitos políticos contemporâneos, a imagem e a representação que se faz do período da ascensão militar ao poder está em constante disputa, sendo, muitas vezes, reduzida à uma luta entre bem *versus* mal, na qual lados opostos interpretam seus adversários como a fonte dos problemas políticos nacionais.

Percebemos, atualmente, tentativas de reconstrução e solidificação das memórias sobre a ditadura. Nessa reconstrução, alguns pontos essenciais podem ser delimitados. Por um lado, a ditadura e o que ela representa foram demonizados, sobretudo, durante o período de maior encarceramento das liberdades, também conhecido como os “anos de chumbo”. Sob essa ótica, as esquerdas, segundo Daniel Aarão Reis (2000, p. 7-9) – autor que participou diretamente na luta armada contra a ditadura –, se tornaram vítimas de um regime truculento e, ao mesmo tempo, foram heroicizadas, tornando-se a resistência, o “braço armado” de uma sociedade defensora da democracia, mesmo que nem sempre estivessem lutando por tal. Por outro lado, há aqueles que abusam do revisionismo, ao afirmarem que no Brasil teria ocorrido uma “ditabranda” se comparado a outros regimes militares ocorridos na América Latina, como na Argentina e no Chile. Outros, ainda, se apoiam num negacionismo histórico e declaram que sequer houve uma ditadura no Brasil e que o regime militar só puniu aqueles que mereciam.¹

Entre declarações polêmicas, discussões e até mesmo polêmicas homenagens à memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe comandante do Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, entre 1970 e 1974, reconhecido como torturador durante a ditadura, o número de historiadores, sociólogos e jornalistas, entre outros profissionais, de diferentes posições políticas, que têm se debruçado sobre o estudo da ditadura ao longo dos últimos anos têm crescido continuamente. Nesse contexto, as opiniões descritas acima acabam de alguma forma se manifestando, seja para criticar ou concordar com elas, inteira ou parcialmente (FICO, 2004, p. 20-58).

Falar sobre a ditadura se tornou um ponto de encontro e de choque entre posições políticas. Contudo, fala-se de comunismo, regime autoritário, direita e esquerda como se fosse algo simples, inserido numa cadeia de causalidade bem definida, sem muito

¹ Para maiores informações, consultar a obra *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*, de Lucileide Costa Cardoso (2012).

espaço para se pensar novas abordagens, salvo os constantes revisionismos engajados politicamente. Ao refletirmos sobre esse ponto, nos questionamos se seria possível entender esse período obscuro da história brasileira de alguma outra forma, não necessariamente invalidando o que foi produzido até aqui, mas, antes disso, ponderando. E por que não testando? Seria possível pensar os acontecimentos durante o regime sob o prisma de uma sociologia das relações de poder, como um conflito que envolvesse estabelecidos e *outsiders*? Será que a espacialidade das cidades dizia alguma coisa sobre as estratégias dos grupos revolucionários ou da atuação dos órgãos oficiais?

Todas essas perguntas nos vieram à mente diante da dúvida e dos motivos pelos quais as análises sobre o processo ditatorial brasileiro deixam de abordar determinadas questões. Valendo-nos dos conceitos de violência, estabelecidos e *outsiders* e pensando o uso de estratégias e a ocupação do espaço, pretendemos, neste ensaio, refletir sobre o uso da conceptualização para a análise de algumas fontes oriundas de grupos guerrilheiros, como panfletos, manifestos e manuais, com o intuito de modestamente contribuir com esse campo de pesquisa que tem se mostrado cada vez mais pertinente.

Às vésperas do golpe: um breve panorama

Em muitas conversas, em família, com amigos ou colegas, nos mais variados locais, notamos que algumas questões sobre o contexto que levou ao golpe militar, em 1964, são desconhecidas. Assim, posições políticas são, muitas vezes, baseadas na reprodução de discursos pré-estabelecidos e formulados com intenções específicas. Nesse sentido, buscamos expor aqui um breve panorama dos acontecimentos que precederam o episódio da ascensão dos militares ao comando do governo federal. Não é nossa intenção criar uma cronologia, mas contextualizar o período que levou, além do regime militar, à fragmentação das esquerdas e às estratégias dos distintos grupos militantes.

O cenário político e econômico que predominava no Brasil nos anos anteriores ao golpe de 1964, em linhas gerais, pode ser polarizado em dois projetos distintos e excludentes. De um lado, temos o nacional-estatismo, projeto que perdurava desde Getúlio Vargas, e que preconizava um controle econômico por parte do estado em setores estratégicos, como o de energia e o de minerais. Tal projeto, em suma, era voltado para um capitalismo nacional e apontava para uma política externa independente. Por outro lado, temos expressões de um liberalismo conservador, traduzido por um projeto que defendia a liberdade de mercado e a abertura para o capital externo. Além disso, na política externa, seus idealizadores defendiam o alinhamento com os Estados Unidos. Importa ressaltar que os grupos defensores dessa corrente nutriam

certo “receio” em relação aos movimentos sociais e à participação ativa das massas na política (ÂNGELO, 2009, p. 11-12).

No final dos anos 1950, o modelo político brasileiro começava a revelar mais fraquezas, pois, apesar de ter obtido rupturas em relação ao projeto nacional-estatista, que era associado a Vargas, o desenvolvimentismo pautado no liberalismo apresentava desgaste e a inflação subia de forma assustadora, fator que enfraquecia os partidos políticos que comandavam o país até então (REIS, 2000, p. 19-20).

Em um contexto de instabilidade, formou-se na sociedade brasileira uma atmosfera favorável a mudanças, a reformas. Tal atmosfera permitiu a ascensão de Jânio Quadros, político carismático que, em doze anos de vida pública, passou de vereador da cidade de São Paulo a presidente do Brasil (ÂNGELO, 2009, p. 14). Jânio parecia incorporar os anseios sociais, conseguindo se eleger, em 1960, com quase seis milhões de votos, utilizando como símbolo de campanha a “vassoura”, com a qual varreria a corrupção do país. Também expressiva foi a eleição do não menos carismático vice-presidente João Goulart, famoso por ter sido o ministro do trabalho de Getúlio a conceder 100% de aumento no salário mínimo e por ter ocupado a vice-presidência no governo de Juscelino Kubitschek (FICO, 2014, p. 13-15).

Jânio Quadros foi eleito, sobretudo, devido ao apoio de uma frente ampla e heterogênea, desejosa em assistir ao cumprimento das promessas de campanha. Todavia, com o passar do tempo, as ações de Jânio passaram a desagradar os seus apoiadores iniciais. Cortes de crédito atingiam os industriais e o aumento da inflação afetava duramente os trabalhadores. Na política externa, assumiu uma postura independente, se aproximando do bloco socialista, já no âmbito interno, eram constantes as divergências com o Congresso. As reformas anunciadas – e amplamente desejadas pela população – não se concretizavam, principalmente diante das dificuldades administrativas. Assim, passados sete meses de mandato presidencial, Jânio Quadros renunciou ao cargo presidencial (ÂNGELO, 2009, p. 15; FICO, 2014, p. 15; REIS, 2000, p. 20).

Com a renúncia de Jânio, assumiu a presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, cargo ocupado pelo deputado paulista do Partido Social Democrático (PSD), Pascoal Ranieri Mazzilli. De acordo com os preceitos da Constituição Federal de 1946 (Cap. 3, Seção 1, Art. 79), bastaria João Goulart retornar de sua viagem para assumir o cargo de presidente da república. No entanto, uma manobra política dificultaria a posse de Jango.

João Goulart estava em viagem diplomática – seguindo a nova orientação da política externa brasileira –, quando tomou conhecimento da renúncia do presidente Jânio Quadros. João Goulart era um líder esquerdista, herdeiro político de Vargas e estava em viagem a países de orientação socialista. Essa foi a imagem formada pelos ministros militares ao declararem que, por motivos de segurança nacional, não aceitariam

o retorno de João Goulart ao Brasil para ser empossado como o novo presidente da República (OLIVEIRA, 2016, p. 72-74; FICO, 2014, p. 16-17).

Diante da atitude dos ministros militares, Leonel Brizola, cunhado de Jango, comandou, a partir do Rio Grande do Sul, estado em que era governador, uma campanha de resistência em favor da posse de João Goulart – que posteriormente se tornaria conhecida como Rede da Legalidade. A Rede da Legalidade, liderada por Brizola, envolveu emissoras de rádio, como a Rádio Guaíba, civis e dissidências militares, como o comandante do III Exército, general José Machado Lopes. No Congresso, Brizola conseguiu capitanear adeptos da direita que queriam evitar os “custos” do golpe e também da esquerda, isolando politicamente os militares e civis favoráveis ao golpe. A solução encontrada para o impasse foi a adoção do sistema parlamentarista de governo que limitaria os poderes do presidente (ÂNGELO, 2009, p. 17-18; OLIVEIRA, 2016, p. 78).

Jango assumiu o governo no simbólico dia 7 de setembro de 1961. A emenda constitucional aprovada pelo Congresso previa para o ano de 1965 um plebiscito, no qual a população decidiria se queria ou não a continuidade do sistema parlamentarista. Com a posse de Jango, as esquerdas e as forças nacionalistas saíram vitoriosas, mas o protagonismo dos movimentos populares que entraram na cena política, ao defender a legalidade da posse de Goulart, se manteve presente no cenário político, radicalizando o período. Em tal contexto, tomou corpo o programa das reformas de base. Falava-se em várias reformas: agrária, urbana, bancária, tributária, eleitoral, capital estrangeiro, universitária, entre outras. O objetivo das reformas seria o de transformar as estruturas econômicas, políticas e sociais do país, garantindo um desenvolvimento econômico autônomo com justiça social.

Antes mesmo de assumir a presidência, ainda como vice e presidente do Senado, João Goulart discursou:

A técnica moderna já se revela capaz de eliminar não apenas os grandes males físicos, mas também os males sociais, dos quais o maior de todos é a miséria. E para isso são necessárias reformas de base na estrutura econômico-social do País, pelas quais temos reclamado reiteradas vezes, e que dependem de esforço conjunto do Poder Legislativo e da administração pública. Senhores Senadores, no desempenho do meu mandato anterior, procurei assumir sempre o patrocínio das causas populares, colocar-me ao lado dos trabalhadores e dos humildes, e defender os princípios nacionalistas e os ideais de reforma social legados ao meu Partido pela palavra e pelo exemplo do imortal presidente Getúlio Vargas (Discurso de 1º de fevereiro de 1961, 41ª Legislatura, 3ª sessão legislativa).

A situação política no país se radicalizava ainda mais. Nas ruas, o tema das reformas era debatido ainda mais, a esquerda e grupos nacionalistas, embora heterogêneos, se aglutinaram em uma frente pró-reformas – como se sentiam vitoriosos após a posse do presidente, passaram a pressioná-lo. De forma oposta, a direita conservadora mobilizava uma resistência expressiva tanto nos governos de estado (Minas Gerais, Guanabara, São Paulo), quanto nas bancadas do Congresso Nacional (PSD e UDN). Jango passou a apontar o sistema parlamentarista, o qual limitava seus poderes, como o principal empecilho às reformas (REIS, 2000, p. 23-25).

A experiência parlamentarista mostrava-se um fracasso. Diante de um contexto de pressão de todos os lados, de deflagração de uma greve geral dos operários, da disputa entre lideranças de esquerda e líderes conservadores da direita, que visavam às eleições de 1965, o Congresso antecipa o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963. Jango e o presidencialismo saíram vitoriosos, com mais de 9 milhões de votos. Importa ressaltar que cinco dias antes da votação, João Goulart concedeu um aumento médio de 75% do salário mínimo (FICO, 2014, p. 22-23).

Com o retorno do presidencialismo e o fracasso do Plano Trienal,² a sociedade se dividiu. De um lado, amplos contingentes de trabalhadores rurais e urbanos, setores estudantis, baixas patentes das forças armadas, buscavam as reformas. As esquerdas, julgando ter o apoio das massas, radicalizavam o discurso, defendendo até mesmo o recurso à força para a implementação das reformas. De outro lado, ocorreu a formação e a condensação de várias correntes de oposição às reformas, esse grupo heterogêneo temia a perda de poder econômico e do status social, assim como a desordem, a falta de hierarquia nos meios militares, o questionamento de valores ético-religiosos e o risco do comunismo ateu que rondava o continente americano a partir de Cuba (REIS, 2000, p. 26-27).

Em meio à disputa política, ocorreu uma interessante inversão de tendências: a esquerda, partidária das reformas, que no passado havia saído às ruas em defesa da legalidade da posse de Jango, em 1961, como não conseguia aprovar as reformas no Congresso, e fortalecida pelo apoio popular, passaram a apostar na luta extraparlamentar. De forma oposta, a direita, que anos antes rejeitara a posse de Goulart, encontrava-se agora defendendo a Constituição e a legalidade da ordem vigente (ÂNGELO, 2009, p. 25-26).

Jango passou a pressionar o Congresso, primeiro no famoso Comício da Central do Brasil, reunindo 350 mil pessoas na defesa das reformas e na celebração dos decretos (desapropriação de terras as margens de rodovias e ferrovias, encampamento de algumas

² Plano proposto pelo Ministro Celso Furtado com o objetivo de controlar a inflação e retomar o crescimento da economia.

refinarias particulares, entre outros). Outra medida do presidente foi encaminhar uma dura mensagem ao Congresso Nacional, acusando-o de morosidade nas decisões (FICO, 2014, p. 37-50). As medidas de Jango despertaram a reação da direita de forma imediata, no dia 19 de março de 1964 aconteceu a primeira das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, reunindo 500 mil pessoas (REIS, 2000, p. 30). Jango ainda se envolveria em dois incidentes, ambos catastróficos para si, visto que comprometeriam o seu relacionamento com as Forças Armadas. No dia 25 de março 1964, subalternos da Marinha se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorar o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – ato proibido pelo ministro da Marinha Silvio Mota. As repercussões desse evento levaram o ministro Mota a destituir o almirante Cândido Aragão do comando dos Fuzileiros Navais. Jango apoiou os marinheiros, Mota demitiu-se e o novo ministro Paulo Mário reconduziu Aragão ao posto. Os amotinados venceram, Jango desrespeitou valores cardeais da Marinha (disciplina e hierarquia), perdendo assim o apoio dos militares legalistas (ÂNGELO, 2009, p. 28-29). Contudo, na semana seguinte, Jango compareceu à festa promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, na sede do Automóvel Clube, fato que encarado mais como uma provocação do que uma homenagem (FICO, 2014, p. 51-52).

A reação não tardou, a iniciativa do regime militar partiu de Minas Gerais, por meio do General Olímpio Mourão. Jango optou por não reagir, evitando assim uma guerra civil e acabou se retirando para o Uruguai. Dessa forma, por meio de um golpe civil e militar, instaurou-se no Brasil um regime repressivo que perdurou por mais de vinte anos. Mesmo que não seja o objetivo deste ensaio, cumpre notar que, assim como declara Lucileide Costa Cardoso (2011, p. 137), o desdobramento de 1964 não pode ser reduzido tão-somente ao golpe militar, no sentido de se constituir como um mero acidente no processo político brasileiro. Em outras palavras, é importante conhecer as razões e o mecanismo de poder de implantação do golpe deflagrado em 1964 (CARDOSO, 2012, p. 16).

As esquerdas armadas: conflitos e usos do espaço

Embora os partidos de esquerda cogitassem a opção armada, eles não tiveram uma reação imediata e precisa ao golpe da direita. Tal posicionamento levou ao surgimento de dissidências nos principais partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), conhecido como o “partidão”. As primeiras iniciativas de enfrentamento armado fracassaram: a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), em 1964, não obteve sucesso na Guerrilha de Copacabana; um ano depois, a Coluna Cardin foi

desmobilizada; já em 1967, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN), grupo ligado a Brizola que teria recebido ajuda cubana, caiu antes mesmo de combater na conhecida Guerrilha do Caparaó. Autores como Vitor Ângelo (2009, p. 45-52) apontam como causa do fracasso inicial dos grupos armados o despreparo desses grupos, pois, imbuídos de um “espírito voluntarista”, desejosos de sair do imobilismo que caracterizava a esquerda brasileira, partiram para um confronto no qual não estavam preparados, estratégica e financeiramente falando. Outro fator condicionante foi a chamada ilusão representativa, visto que tais grupos julgavam possuir um apoio popular que não ocorreu de fato.

À medida que o regime ia recrudescendo, alguns grupos se juntaram, outros foram criados, trazendo à tona um verdadeiro emaranhado de siglas e projetos políticos diferentes, tendo em comum o desejo de derrubar o regime ditatorial, implantado em 1964. Entre os grupos atuantes no período se encontravam: a Ação Libertadora Nacional (ALN), oriunda de uma dissidência do PCB; a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); o Comando de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB); entre outros. De acordo com Reis (2000, p. 52), tais grupos atuaram, sobretudo, nas grandes capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, praticando roubo de armas, assaltos, explosões, justiçamentos, sequestros de aviões e de políticos importantes, características de uma guerra revolucionária.

Os aparelhos repressivos da ditadura foram sendo aperfeiçoados, tanto a nível estadual como federal. Como órgãos atuantes, nesse período, podemos listar: o Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS); o Centro de Informações do Exército (CIE); o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Serviço Nacional de Informações (SNI); e o já citado Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Percebe-se, portanto, a mobilização e organização de estrutura de repressão, as quais, em diversos momentos, valeram-se do uso da tortura contra os ditos “subversivos”, de tal forma que essa luta desigual resultou em mais atos de violência. Os grupos armados eram, em sua maioria, inexperientes, dotados de pouco recursos, por isso foram exterminados por uma polícia política sofisticada e profissional (REIS, 2000, p. 54).

Embora os grupos armados tenham atuado em diversas partes do Brasil, a maior parte das atuações se concentrou na região Sudeste, devido à grande importância política e econômica dessa região. De acordo com Carlos Marighella (1969, p. 27),³ um dos principais objetivos dos guerrilheiros urbanos era:

³ Carlos Marighella, político e guerrilheiro, que chegou a ser considerado o principal inimigo da ditadura, foi morto na ação empreendida pelo delegado Fleury do DOPS de São Paulo em 1969.

Ameaçar o triângulo no qual os sistemas de dominação do estado brasileiro e norte-americano são mantidos no Brasil, um triângulo cujos pontos são Rio, São Paulo, e Belo Horizonte e cuja base é o eixo Rio-São Paulo, onde o gigante complexo industrial, econômico, político, cultural, militar, policial que sustenta o poder decisivo do país está localizado.

Entendemos que nenhum discurso é neutro ou isento. Não obstante, em um confronto em que cada grupo busca manter sua identidade, transmitindo percepções do mundo social pelo discurso, verifica-se que são geradas estratégias e práticas que afirmam a autoridade e superioridade de um grupo em detrimento e menosprezo de outro (CHARTIER, 1987, p. 16-17). Compreender o conflito entre as esquerdas armadas e o governo militar nas principais cidades do país, como Rio de Janeiro e São Paulo, e como este conflito ficou caracterizado nos manuais de guerrilheiros e documentos elaborados por grupos de esquerda é, antes de mais nada, abordar acontecimentos complexos e dinâmicos. Por isso, torna-se imprescindível o uso de conceitos que permitam problematizar tais eventos.

Para analisar as relações de poder e a apropriação do espaço nas cidades, tomamos por base os conceitos de Norbert Elias e John L. Scotson (2000). Na concepção desses autores, em sociedades marcadas por relações desiguais de poder, os grupos sociais mais antigos e coesos são os que controlam ou se beneficiam dos diversos *locus* de poder. Sendo assim, passam a ditar as regras e a demarcar os territórios (físicos ou sociais) diante dos demais grupos. Com isso, cria-se uma oposição estabelecidos versus *outsiders*, na qual os *outsiders* não aceitam a configuração social imposta e passam a exercer pressões tácitas ou deliberadas no sentido de reduzir os diferenciais de poder tidos como responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os estabelecidos fazem o mesmo em prol da preservação ou até mesmo do aumento desses diferenciais (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 37). Essa dinâmica leva a uma situação de conflito e de disputa por espaços geográficos ou não. É nesse ponto que buscamos pensar o caso brasileiro, em que os guerrilheiros, entendidos, de certa forma, como *outsiders*, enfrentam um inimigo superior em recursos, os órgãos repressivos do governo, os estabelecidos, desembocando em atos de violência pelas ruas das cidades.

É quase um *topos* entre os diversos autores que estudam as ações de grupos armados durante o regime militar identificar ou apontar a relação desigual de forças. Afinal, os guerrilheiros lutavam contra um adversário que contava com uma superioridade não apenas bélica, mas também de informação e de efetivos – tal fator é demonstrado nos documentos analisados. Em agosto 1969, a ALN emitiu um panfleto no qual alertava “É perigoso pensar que temos uma força que ainda não possuímos”. De modo similar, a VPR lançou, em setembro de 1970, o manifesto intitulado *A experiência guerrilheira no Vale do Ribeira*. Tal manifesto inicia-se demonstrando o poderio militar

da ditadura, como podemos ver no seguinte trecho: “As forças armadas atuaram com helicópteros, aviões caças e bombardeios, tropas a pé e motorizada, patrulhas fluviais, além de agentes à paisana, num total de cerca de 20 mil homens” (VPR, 1970). Em diversos momentos, Carlos Marighella (1969, p. 5) aponta, em seu *Minimanual do guerrilheiro urbano*, a diferença de poder era latente nos confrontos, pois:

Os militares de carreira ou a polícia governamental têm armas e transportes modernos e podem viajar com liberdade, utilizando a força de seu poder. O guerrilheiro urbano não tem tais recursos a sua disposição e leva uma vida clandestina [...] As armas do guerrilheiro urbano são inferiores às do seu inimigo.

O excerto acima procura evidenciar o poderio militar em face da escassez de recursos à disposição dos guerrilheiros, o que geraria um conflito de forças desiguais. Nesse sentido, se problematizarmos o conceito de conflito, podemos inferir sobre as disputas entre militares e guerrilheiros urbanos. Gianfranco Pasquino (1998, p. 225), define o conflito como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que lutam entre si para obter o acesso e a distribuição de recursos escassos, como poder, riqueza e prestígio. De tal forma, é possível visualizar uma disputa entre alguns grupos de esquerda contra as forças governamentais por recursos que não detinham (poder, dinheiro, armas), ao passo que os militares lutavam para manter, e ampliar, seus recursos. Sabemos que tal disputa resultou em atos de violência entre as autoridades legais e os opositores armados.

O conflito por si só não exprime todos os eventos, ele está intimamente relacionado com outros conceitos, como, por exemplo, o de violência e espaço. Estes dois conceitos se comunicam, se interligam ao tratar de repressão durante a ditadura, pois no Brasil, apesar das guerrilhas rurais, grande parte dos atos de violência se desenvolve no território urbano. Marighella (1969, p. 4) demonstra a importância do meio urbano ao desenvolvimento da guerrilha, pois, em sua concepção, a área na qual o guerrilheiro urbano atua são as grandes cidades brasileiras. Em sua visão:

Também é importante ter conhecimentos de informação topográfica, poder localizar a posição através de instrumentos ou outros recursos disponíveis, calcular distâncias, fazer mapas e planos, desenhar escalas, calcular tempos, trabalhar com escalonamentos, compasso, etc. (MARIGHELLA, 1969, p. 9).

Marighella (1969, p. 4) continua relatando a importância do conhecimento do espaço tido como o “melhor aliado” do guerrilheiro na luta:

O melhor aliado do guerrilheiro é o terreno porque o conhece como a palma de sua mão. Ter o terreno como um aliado significa saber como utilizar suas irregularidades com inteligência, seus pontos mais altos e baixos, suas curvas, suas passagens regulares e secretas, áreas abandonadas, terrenos baldios, etc., tirando a vantagem máxima de tudo isto para o êxito das ações armadas, fugas, retiradas, encobrimento e esconderijos.

O autor, amiúde, evidencia o papel primordial do espaço no momento dos enfrentamentos com a polícia:

Os lugares impenetráveis e os lugares estreitos, as ruas sob construção, pontos de controle de polícia, zonas militares e ruas fechadas, entradas e saídas de túneis e aqueles que o inimigo possa bloquear, viadutos que devem ser cruzados, esquinas controladas pela polícia ou vigiadas, suas luzes e sinais, tudo isto tem que ser completamente estudado para poder evitar erros fatais. Nosso problema é o de passar e saber onde e como esconder-nos, deixando o inimigo confuso em áreas que ele não conhece. O guerrilheiro urbano familiarizado com o terreno difícil e irregular, avenidas, ruas, estradas, entradas e saídas, esquinas dos centros urbanos, suas passagens e atalhos, os lotes vazios, suas passagens subterrâneas, seus tubos e sistemas de esgoto pode cruzar com segurança pelo terreno não familiar para a polícia, onde podem ser surpreendidos em uma emboscada fatal em qualquer momento. O guerrilheiro urbano é alguém que opera em sua própria cidade e que conhece completamente a cidade e suas ruas, suas vizinhanças, seus problemas de trânsito, e outras peculiaridades (MARIGHELLA, 1969, p. 21).

Em complemento ao seu manual, Marighella (1969, p. 21) afirma que “o guerrilheiro estrangeiro, que vem a cidade na qual o terreno não é familiar para ele, é um ponto fraco e se é designado para certas operações, pode colocá-la em perigo. Para evitar erros graves, é necessário que o primeiro conheça bem a localização das diferentes ruas”. Aqui nos recordamos das considerações de Michel Foucault (1980, p. 177), que critica as análises que consideram o espaço como “o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel” e de Navarro (2007, p. 4-7), que entende o espaço como uma das dimensões existenciais do ser humano, pois considera que a maior parte das ações humanas exibem um aspecto espacial. A violência é uma forma de interação entre pessoas e como tal, precisa de um espaço para se desenvolver, ela é intencional, é dotada de pessoalidade e se realiza mediante uma intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo com a finalidade de destruir, ofender e coagir. A violência necessita de interação, de contato, ela é também percebida como uma resposta a outra violência. É a partir do

outro que ameaças, agressões e hostilidades nos atingem e se fundamentam em nós (DADOON, 1998, p. 63). A violência pode ser direta ou indireta, além de simbólica. Ela é direta quando atinge de maneira imediata o corpo da vítima e indireta quando opera por meio de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra, como o impedimento o livre acesso a determinadas áreas, destruição, danificação ou até mesmo subtração de recursos (STOPPINO, 1998, p. 1291-1297). Durante a ditadura militar, os dois tipos de violência (direta e indireta) foram colocados em prática, pelos dois grupos beligerantes, uma vez que os agentes repressores torturavam e assassinavam guerrilheiros e, em contrapartida, os guerrilheiros realizavam assaltos, sequestros e praticavam os justicamentos, fato evidenciado no manifesto da VPR, de 1970:

A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximo ao inimigo, dentro de um cerco que pode ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O tenente Mendes foi condenado a morrer a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado (VPR, 1970).

Acreditamos que refletir sobre os conceitos de estabelecidos, *outsiders*, conflito, violência e espaço para compreender os conflitos armados no Brasil é uma tarefa útil, pois tais conceitos indicam um problema latente, que perpassa também a construção das identidades. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social, por isso, sua existência está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não convivem de forma harmoniosa, elas são disputadas, construídas. A identidade e a diferença se traduzem nas declarações sobre quem pertence e sobre quem está ou não incluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras. Essas separações e distinções supõem, – e ao mesmo tempo – afirmam e reafirmam relações de poder (SILVA, 2000, p. 81-82).

Nos documentos emitidos pelos grupos de esquerda e também nos discursos dos órgãos oficiais, percebemos a delimitação clara de dois grupos opostos: os guerrilheiros, que se definiam como “heroicos combatentes” e acusavam as forças legais de “assassinos da polícia militar, do exército, da Marinha, da aeronáutica, e também do DOPS, instrumentos odiados da repressora ditadura militar” (MARIGHELLA, 1969, p. 3). Percebemos a criação de uma ilha de um *nós* contra um *eles*, os assassinos da ditadura. Mas, ao invertermos os enunciadores, de um lado se apresentam, na visão dos apoiadores do regime militar, os valentes policiais, defensores da pátria, que travavam uma incessante luta contra os subversivos, destruidores da ordem e da família. Fica clara, portanto, a produção de identidades por meio da marcação da diferença, tal qual Woodward (2000, p. 41-50) nos informa, com destaque para o uso de oposições

binárias, a forma mais derradeira de marcar a diferença, daí as configurações nós/eles, heróis/bandidos, bem/mal.

Considerações finais

Optamos por analisar alguns documentos produzidos por grupos de esquerda com o intuito de refletirmos sobre os conflitos entre defensores e opositores do regime militar e a possibilidade e uso dos conceitos analíticos apresentados ao longo deste breve ensaio, visto que acreditamos que compreender o processo em questão e problematiza-lo por meio de tais conceitos permite pensar e refletir sobre outras questões. A própria violência, por exemplo, utilizada tanto por guerrilheiros quanto pelas forças institucionalizadas, pode ser entendida como uma forma de evidenciar o confronto identitário e ideológico dos grupos envolvidos, uma vez que a violência, simbólica ou física, interfere no estado do corpo ou de suas possibilidades ambientais. A violência também age no processo de construção de identidades, seja na identificação de um inimigo comum ou na solidificação da identidade de grupos.

Não podemos perder de vista que o espaço, apreendido em sua dimensão territorial e cultural, pode ser considerado tanto como produto quanto produtor social, o que, em outras palavras, quer dizer que assume múltiplas e distintas funções, como, por exemplo, a de um amplo lugar no qual grupos sociais se organizam e estabelecem regras de convívio e de socialização; a de um ambiente repleto de práticas e representações; a de um local de subsistência coletiva; ou a de um repositório de vestígios produtores de memória coletiva e esquecimento. Portanto, o conhecimento e o controle do espaço – tanto das cidades, das ruas e de seu relevo, assim como definido no *Minimanual do guerrilheiro urbano* – é uma ação estratégica, política, que proporciona a criação e desconstrução de monumentos, a difusão de símbolos e representações, a solidificação de identidades, o confronto entre grupos, a criação de fronteiras físicas ou simbólicas e a luta política, que também é uma luta de memória contra memória (BALANDIER, 1999, p. 43-61).

De acordo com Henri Lefebvre (2008, p. 59), ao refletirmos sobre o espaço e suas construções é preciso estar atento às apropriações feitas por seus usuários, dentro de um sistema no qual o espaço é tanto produto quanto produtor, no sentido de condicionar a maneira pela qual os agentes se comportam, uma vez que a materialidade dos espaços e os múltiplos sentidos que lhes são atribuídos interferem no comportamento, nas ações e nas estratégias dos indivíduos.

Referências

Documentação primária

- ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL. *Sobre a organização dos revolucionários*. 1969.
- ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 1946.
- GOULART, J. Discurso de 1º de fevereiro de 1961, 41ª Legislatura, 3ª sessão legislativa. 1961.
- MARIGHELLA, C. *Minimanual do guerrilheiro urbano*. 1969.
- VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. *A experiência guerrilheira no Vale do Ribeira*. 1970.

Obras de apoio

- ÂNGELO, V. A. *Luta armada no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2009.
- BALANDIER, G. *O dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARDOSO, L. C. *Criações da memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*. Cruz das Almas: UFRB, 2012.
- CARDOSO, L. C. Os discursos de celebração da 'Revolução de 1964'. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.
- DADOUN, R. *A violência: ensaio acerca do "homo violens"*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FICO, C. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2008.
- NAVARRO, A. G. Sobre el concepto de espacio. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 17, p. 3-21, 2007.
- OLIVEIRA, A. M. Os vencedores em 1964, entre o "contragolpe" e a aversão ao sindicalismo. *Perseu*, n. 11, ano 7, p. 67-91, 2016.
- PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: EDUNB, 1998, p. 225-229. v. 1.
- REIS, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 73-102.
- STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Org.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1998, p. 1291-1298. v. 1.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.